



Políticas culturais dos países do Brics no período de 2003 a 2018

uma análise comparativa

Bruno do Vale Novais¹

-
- 1 Doutorando no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com pesquisa sobre os dilemas da diplomacia cultural do Brasil na contemporaneidade. E-mail: produtorbrunocultural@gmail.com.

RESUMO

Para conhecer práticas de políticas culturais dos países do Brics com vistas à comparação entre os Estados nacionais do grupo construiu-se, para este trabalho, um mapeamento das ações culturais no período de 2003 a 2018 a fim de oferecer primórdio de indicadores de políticas culturais do Brics e ter um *corpus* para intentar compreender similitudes e diferenças na atuação desse agrupamento no campo da cultura. Com base nessas informações levantadas e em revisão bibliográfica, percebeu-se que há possibilidades de construção de políticas culturais intraBrics, a partir de iniciativas realizadas e em andamento, as quais ajudarão no desenvolvimento da esfera de cultura nacional da África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia e no fortalecimento do multilateralismo nas relações internacionais da atualidade.

Palavras-chave: Políticas culturais. Brics. Relações internacionais. Diplomacia cultural.

ABSTRACT

To meet cultural policies practices of the Brics with the comparison between the Member States of the group, was built for this paper, a mapping of cultural actions in the period of 2003 to 2018 in order to offer indicators of cultural policies of the Brics and have a *corpus* to bring understanding similarities and differences in the performance of this group in the field of culture. Based on information gathered and in bibliographical revision, it was noticed that there are possibilities of construction of intra-Brics cultural policies, from initiatives undertaken and in progress, which will help in the development of the sphere of culture South Africa, Brazil, China, India and Russia and strengthening of multilateralism in international relations.

Keywords: Cultural policies. Brics. International relations. Cultural diplomacy.

Estudos comparativos sobre políticas culturais no Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são raros. Buscou-se, então, compreender como esses atores internacionais construíram e executaram políticas culturais em seus territórios pátrios. Em alguns casos, foram identificadas ações intra-Brics concernentes ao campo cultural. O livro *Social, political and cultural challenges of the Brics*, organizado por Gustavo Lins Ribeiro, Tom Dwyer, Antonádia Borges e Eduardo Viola (2014) por meio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), do Brasil, contribui para o início da inserção da temática da cultura nas produções acadêmicas sobre o Brics. No entanto, em termos de investigações sobre políticas culturais comparadas, não foram encontrados estudos que contemplem os cinco países do bloco. Assim, este artigo busca iniciar um olhar sobre esse objeto e, concomitantemente, sugerir proposta de construção de estudos que busquem congregar práticas exitosas e desafios das políticas culturais realizadas pelos países que compõem um dos arranjos estatais de natureza política, econômica, diplomática e cultural com inserção ascendente no sistema internacional da contemporaneidade.

O QUE É O BRICS? BREVÍSSIMO PANORAMA

Brics é um acrônimo criado pelo economista-chefe do banco Goldman Sachs, Jim O'Neill (2001), por meio do artigo *Building better global economic BRICs* o qual versa sobre o crescimento das economias do Brasil, Rússia, Índia e China no início do século XXI. Em 2006, de maneira informal, iniciou-se coordenação entre esses países com reunião de trabalho durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. No ano seguinte, durante as margens do mesmo evento, o Brasil coordenou a reunião do Bric, momento pelo qual as partes mostraram-se interessadas em aprofundar o diálogo mútuo. Assim, em 2008, a Rússia sediou a primeira reunião do acrônimo – o que resultou em um passo para além do interesse financeiro. Ou seja: o Bric tornou-se nova entidade político-diplomática no sistema internacional do século XXI.

Desde esse período, ocorreram dez cúpulas anuais do Bric. Durante a realização da III Cúpula, em Sanya, na China, em abril de 2011, a África do Sul adentrou ao agrupamento tornando o Brics ainda mais representativo no que concerne ao sul Global. São duas, portanto, as principais vertentes de atuação: (i) coordenação em reuniões e organismos internacionais; e (ii) construção de agenda de cooperação multissetorial entre seus membros. Em relação à primeira linha de ação, privilegia-se a esfera de governança econômico-financeira e governança política que consiste em três vertentes: coordenação no âmbito do G-20 financeiro; reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI); reforma das Nações Unidas e reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No que se refere à segunda linha, o Brics contempla cerca de 30 áreas com atividades intraBrics, a exemplo de: agricultura; ciência e tecnologia; cultura; espaço exterior; *think tanks*; governança e segurança da internet; previdência social; propriedade intelectual; saúde; turismo.

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) são projetos concretos do protagonismo dos países emergentes no cenário internacional. O NBD tem por metas consolidar sua capacidade técnica e financeira, além de obter elevada classificação de crédito, conforme sua estratégia geral para o período 2017–2021. O ACR é mecanismo que tem potencial para minimizar efeitos econômicos negativos nos países do Brics em cenários de crises financeiras globais, a exemplo da ocorrida a partir de 2008. No ano de 2019, o Brasil sediará a 11ª Cúpula dos Brics. Entre os temas que estarão em pauta, incluem-se: (a) clima; (b) terrorismo; (c) multilateralismo; (d) infraestrutura.

CULTURA NO BRICS

Ao considerar a distância cultural e geográfica entre os países que compõem esse arranjo mundial, nota-se a iniciativa positiva, porém desafiadora, da inserção do campo da cultura como uma das temáticas de cooperação setorial no Brics. Nessa diretriz, algumas iniciativas ocorreram, a exemplo de: (a) intercâmbios de teatro entre Brasil e Rússia por meio da participação da Escola do Teatro Bolshoi de Moscou em Santa Catarina; (b) celebração de acordos de cooperação cultural entre Brasil e Rússia; (c) realização do I Festival de Cultura Brasileira em Moscou no ano de 2008; (d) I Festival de Cultura Brasileira na Índia em 2009; (e) inauguração por parte da China de diversos Institutos Confúcio no Brasil desde 2003; (f) instalação de novos Leitorados Brasileiros em universidades da China; (g) elaboração e realização de projetos bilaterais, a exemplo de: Ano do Brasil na China e Ano da China no Brasil, previstos para 2014. (NOVAIS, 2014, p. 156)

Em 2015, durante a VII Cúpula em Ufa, na Rússia, foi realizada a primeira reunião dos ministros de Cultura dos Brics. Durante esse encontro, foi aprovado o Acordo de Cooperação Cultural do agrupamento. O objetivo do Acordo é fazer aproximação da

produção cultural dos cinco países, por meio de cooperação técnica e intercâmbio em ações, a exemplo de: preservação de livros raros; funcionamento de bibliotecas digitais; compartilhamento de documentos; produções jornalísticas e realização de feiras e festivais. (MINISTROS..., 2018) Em abril de 2018, na cidade de Pequim, na China, ocorreu o Fórum da Aliança Brics de Museus e Galerias de Artes. Objetivou-se trocar experiências e estreitar laços entre os países do bloco. O tema escolhido foi *Singularidade e Convergência*. Os museus participantes foram: (a) Museu Nacional de Belas Artes (Brasil); (b) Museu Estatal de Arte Oriental (Rússia); (c) Galeria Nacional de Arte Moderna (Índia); (d) Museu Nacional de Arte (China); (e) Iziko Museu (África do Sul). Percebe-se, desse modo, que há primórdios de possibilidades de construção de políticas culturais intraBrics, o qual demanda, por parte de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, ampliação de espaços de diálogo e cooperação de políticas culturais exitosas em seus territórios pátrios para construção do aprofundamento das relações culturais nos Brics.

POLÍTICAS CULTURAIS NOS PAÍSES DO BRICS: AVALIAÇÃO COMPARATIVA

Com base nos dados levantados para este artigo, foram identificados alguns indicadores das políticas culturais dos países do Brics. São eles: (1) Modelo de gestão cultural; (2) Sustentabilidade da gestão da política cultural; (3) Estruturas institucionais; (4) Financiamento cultural; (5) Modos de participação social; (6) Setores, áreas culturais contempladas; (7) Agentes, atores, parceiros e públicos; (8) Diplomacia cultural multilateral: relações com a Unesco.

A observância de como cada país do Brics preenche os quesitos referendados anteriormente possibilita a presente tentativa de análise inaugural de como têm sido elaboradas, executadas e avaliadas as políticas culturais na África do Sul, Brasil, China, Índia

e Rússia a partir do ano de 2003, cientes das particulares sociais, econômicas, políticas e culturais de cada Estado nacional analisado, mas em busca de um modelo que possa olhar o desenvolvimento recente das políticas culturais nesses países com vistas à construção de intercâmbio cultural entre os Brics e o aperfeiçoamento de políticas culturais no âmbito interno desses países a partir de experiências exitosas em espaços e áreas similares.

Modelos de gestão cultural nacional/federal

África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia adotaram *modelos mistos de gestão da política cultural do país*. Isso significa que os Ministérios de Cultura assumem a maior parte das responsabilidades para com a formulação e execução das políticas culturais, embora outros entes também colaborem com esse campo. Ou seja: há ações por parte desses países que podem ser compreendidas como aspectos centralizadores, como secretarias e programas gerenciados pelos Ministérios de Cultura. Por outro lado, há, também, projetos como as Zonas Culturais, na Índia, cuja autonomia administrativa por parte de agentes regionais exemplifica ação descentralizadora de gestão da política cultural naquele país. Assim, embora os Ministérios que são responsáveis por Cultura nos cinco países aqui em análise sejam, de fato, os entes responsáveis constitucionalmente pela gestão pública nacional/federal de cultura, há ações que caracterizam primórdios de administração descentralizada das políticas culturais – o que nos leva a afirmar o caráter misto do modelo de gestão da cultura nos países do Brics.

Sustentabilidade da gestão da política cultural

Essa variável visa observar se a política cultural do país em análise tem solidez e se já está em processo de transformação em política de Estado, pois, assim, não estaria suscetível a programas de governos, com possibilidade de cancelamento por alternância de políticos e partidos no poder. Tomaram-se por prisma: (a) os indicadores

estabelecidos pelas políticas culturais do Brasil a partir de 2003 – as quais são, por sua vez, oriundas de estudos acadêmicos e debates públicos do governo federal com a sociedade civil na perspectiva de construção de políticas públicas para o campo cultural brasileiro e (b) indicadores culturais sistematizados e disponibilizados pela Unesco.

Os indicadores selecionados para essa variável são: (1) Sistema Nacional de Cultura; (2) Plano Estratégico/Planejamento Nacional de Cultura; (3) Informações, Estatísticas e Indicadores Culturais; (4) Legislações de Políticas Culturais Nacionais. Constatou-se que, segundo as informações obtidas para este trabalho, apenas o Brasil possui um Sistema Nacional de Cultura (SNC). Os demais países do Brics ainda não adotaram um sistema oficial para políticas culturais no território de seus Estados nacionais, o que oportuniza um modelo a ser divulgado pelo Brasil na ambiência intraBrics, uma vez que o SNC é mecanismo de política cultural que garante constitucionalmente a estabilidade de programas e ações culturais que não sejam dependentes da orientação de governos e partidos, mas consagrados em legislações pátrias como uma política pública de estado. (BARBALHO, 2014; REIS, 2008; RUBIM, 2008)

Todos os países do Brics possuem os demais indicadores. A existência desses instrumentos favorece o diálogo e potencial intercâmbio de experiências intraBrics. Assim, seria possível aperfeiçoar os planos nacionais de cultura ou similares, agregar elementos de análise e monitoramento de indicadores culturais, bem como harmonizar ou melhorar legislações culturais, particularmente, as que incidirem sobre acordos bilaterais de cooperação cultural entre países dos Brics ou intraBrics.

Averigua-se, assim, que há um campo cultural nesses países. Há, também, similitudes e particularidades na forma de desenvolvimento de cada indicador conforme a própria formação do Estado nacional e de organização jurídica, administrativa e política desses países. Além de estarem em consonância com as diretrizes de

políticas culturais da Unesco, estão de acordo aos critérios sugeridos por Rubim (2007), especificamente ao que pesquisador entende por sistematicidade existente nas políticas culturais. Mesmo inseridos em contextos geográficos e culturais distintos, os países do Brics dialogam na forma pela qual tem construído, na contemporaneidade, a forma de gestão da política cultural nacional – o que favorece a ampliação de projetos e programas de cooperação cultural intraBrics e do agrupamento com outros países e espaços multilaterais, principalmente, por meio da tentativa de inserção da área cultural no espectro de atuação do Novo Banco de Desenvolvimento dos Brics (NDB). Isso seria possível por meio da correlação entre o campo da cultura e a proposta política de desenvolvimento sustentável, um dos focos de atuação do banco.

Estruturas institucionais

A materialização de políticas culturais ocorre por meio de recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de infraestrutura. Esses equipamentos e instrumentos concretizam os objetivos e metas de políticas para a cultura, além de demonstrar o grau de prioridade que esse campo tem para quaisquer países. Com base nessa compreensão e por meio do mapeamento, foram identificadas as seguintes estruturas institucionais de políticas culturais nos países do Brics: (1) Ministério/Órgão específico para Cultura; (2) Ministério de Cultura compartilhado com outra pasta; (3) Institutos; (4) Fundações; (5) Agências/Conselhos; (6) Centros Culturais no país; (7) Centros Culturais no exterior; (8) Escritório da Unesco no país; e (9) Delegação permanente na Unesco.

Esse levantamento comprovou que África do Sul e China, até 2018, configuraram o Ministério da Cultura de maneira compartilhada com outra pasta. No primeiro caso, tem-se Departamento de Cultura e Artes (África do Sul – com *status* de Ministério) e, no segundo, Ministério de Cultura e Turismo (China). Brasil, Índia e Rússia mantiveram um ministério específico para a cultura. No caso

brasileiro, a partir da reformulação ministerial de 2019, o Ministério da Cultura foi extinto e, de maneira lamentável, transformado em secretaria do Ministério da Cidadania e Ação Social, o que corrobora a triste tradição da instabilidade das políticas culturais, identificada por Rubim (2008).

O mapeamento revelou que todos os países dos Brics possuem: institutos; agências/conselhos; centros culturais no território nacional; escritórios da Unesco em seus países e mantêm delegações permanentes na Unesco. Com exceção de China, os demais possuem fundações de natureza cultural. Brasil, China e Índia mantêm centros culturais no exterior.

Portanto, a partir dessa variável compreende-se que há espaços culturais para execução de programas e projetos culturais nos países do Brics, interlocução com a Unesco – o que contribui para a permanência do multilateralismo na atuação do agrupamento diante da conjuntura de enfraquecimento deste por parte de grandes potências, a exemplo da saída dos Estados Unidos da América da Unesco. Ressalva-se que o Minc do Brasil realizou alguns estudos e pesquisas sobre formação no campo da cultura, a exemplo da Oficina de avaliação do monitoramento das metas do Plano Nacional de Cultura, promovida pelo Ministério da Cultura do Brasil, com pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na cidade de Brasília, em outubro de 2018.

Financiamento cultural

Essa variável foi configurada, no mapeamento, por meio de quatro indicadores: (1) Transferência direta de recursos pecuniários do Estado para a cultura por meio de editais, programas e fundos; (2) Fundo Nacional de Cultura; (3) Parcerias público-privadas na área de cultura; e (4) Leis de incentivo ao marketing cultural/projetos culturais.

Quadro 1 – Formas de financiamento cultural por parte dos países do Brics no período 2003-2018

INDICADOR	ÁF. SUL	BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA
LEIS DE INCENTIVO AO MARKETING CULTURAL/PROJETOS CULTURAIS		X	X		
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RECURSOS PECUNIÁRIOS DO ESTADO	X	X	X	X	X
FUNDO NACIONAL DE CULTURA		X		X	
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)	X	X	X		X

Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se que todos os países do Brics realizam transferência direta de recursos pecuniários para a realização de programas e projetos culturais. Nesse indicador, foram aglomerados três formas de transferência direta – editais, programas e fundos. Brasil e Índia possuem um Fundo Nacional de Cultura (FNC). No caso do Brasil, o Fundo foi criado como um dos pilares da Lei nº 8.313, conhecida como Lei Rouanet, a qual criou o Programa Nacional de Apoio a Cultura (Pronac). Assim, por meio do FNC, o Estado transfere 3% do valor bruto arrecadado pelas loterias federais e doações, entre outras fontes, a projetos culturais. (PORTAL DA LEI ROUANET, 2019) Porém, esse percentual foi definido, mas não executado, ainda – o que fragiliza as políticas públicas de cultura no Brasil. No caso da Índia, o Fundo Nacional de Cultura foi criado em 1996, para fomentar as artes e a cultura no país. (ÍNDIA, 2015)

Com exceção de Índia, os demais países do Brics têm estabelecido Parcerias Público-Privadas (PPPs) na área de cultura a fim de compartilhar responsabilidades para com o desenvolvimento de políticas culturais. Em termos ilustrativos, África do Sul realizou uma PPP no setor cultural, a exemplo do projeto *Creative South Africa*, que relaciona indústrias culturais e turismo urbano. (ROGERSON, 2006) Os Centros de Artes e Esportes Unificados (Praças CEUs), do Ministério da Cultura do Brasil, ilustra uma PPP, uma vez que

há parceria entre a União e o município contemplado no que concerne à construção do espaço. Além disso, a Praça CEU é administrada por um grupo formado por membros do poder público municipal, da sociedade civil (Pontos de Cultura ou ONGs) e moradores locais. (BRASIL, 2019a) A *Shanghai Public Library*, da China, é um exemplo de PPP desse país. Esse espaço cultural tem por orientação a perspectiva das indústrias criativas por meio do trabalho com diversas temáticas: fotografia, tradições, moda, literatura, arte e ciência. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2019) A Rússia, por fim, tem experiência com PPP na área de turismo, setor entendido, neste artigo, como correlacionado ao campo cultural, especificamente em projetos concernentes à infraestrutura turística. (ZAITSEVA; LARIONOVA; SEMENOVA, 2017)

Questão de debates na atualidade no Brasil é a manutenção das leis de incentivo à cultura que fomentam o marketing cultural. No caso do Brasil, desde 2016 há instabilidade política e econômica, que implicam crise no campo da cultura, principiada a partir de 2012. (BARBALHO, 2018) Apesar disso, o Minc buscou debater possível reforma da Lei Rouanet a fim de aprimorá-la. No caso da China, nota-se que o governo é o principal agente financiador da cultura. A indústria cinematográfica chinesa, apesar de obter investimentos privados, tem sua maior quota de recursos pecuniários obtidos de fontes públicas. (KEANE, 2006)

Modos de participação social

Ao compreender políticas culturais como dependentes do crivo social para serem configuradas como política pública, e sem desconsiderar as particularidades políticas internas de cada país do Brics, inseriu-se essa variável a fim de entender como se dá os mecanismos de diálogo dos governos para com o campo cultural e com as sociedades civis no tocante à construção de políticas para a cultura em seus Estados nacionais. Para isso, foram

elencados dez indicadores: (1) Conferências de cultura com membros da sociedade civil e poder público; (2) Conselho Nacional de Políticas Culturais (ou similar); (3) Fórum com Secretários de Cultura em nível estadual ou afins (distritais, regionais, provinciais); (4) Diálogo com o setor privado (empresários, produtores, artistas e criadores); (5) Debates públicos para construção de políticas culturais; (6) Participação da sociedade por meio da internet; (7) Ouvidorias nos Ministérios de Cultura; (8); Relações com o Poder Legislativo por meio de comissões de cultura e áreas correlatas; (9) Relações com o Poder Judiciário; e (10) Observatórios, *think tanks*, estudos e pesquisas acadêmicas.

Brasil, China e Índia têm realizado conferências com membros da sociedade civil e poder público para diálogo e construção de políticas culturais nacionais. O Brasil, especificamente, já promoveu três conferências nacionais de cultura das quais resultaram diretrizes para as políticas culturais, a exemplo do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura – embora desde 2013 não tenha sido mais promovidas conferências. De naturezas distintas em relação ao que foi feito no Brasil, China e Índia realizaram conferências públicas de cultura. O primeiro país realizou, em 2018, por meio do Ministério do Comércio, a *2018 Global Cultural & Creative Industry Partner Conference Successfully*, em Beijing. O objetivo foi estabelecer cooperação internacional na área de indústrias criativas no entendimento de que a China está inserida em uma cultura global. (CHINA, 2018) Já a Índia, por sua vez, realizou em parceria com a União Europeia e o The National Museum Institute of Art, Conservation and Museology, a *EU-India Conference on Cultural Heritage Conservation*, no ano de 2018, em New Delhi. A proposta foi tratar de temáticas diversas relativas às heranças culturais, ou seja, aspectos formadores da cultura europeia e indiana. (EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION, 2018)

Outro instrumento de participação social na construção de políticas públicas para a cultura diz respeito à manutenção de conselhos. África do Sul, Brasil, Índia e Rússia constituíram Conselho Nacional de Políticas Culturais (ou similar). Esse mecanismo é importante porque representa um canal de diálogo aberto entre o poder público e a sociedade civil no tocante à construção e à avaliação de políticas culturais. Ademais, os países do Brics também dialogam com setor privado no que se refere a políticas culturais. Não se obteve informações do caso chinês relativo a essa prática. Coletei informações de que Brasil e Índia têm realizado debates públicos para construção de políticas culturais, o que fortalece suas democracias. Instaladas a partir de 2004, as Câmaras Setoriais exemplificam aproximação do Minc do Brasil com áreas da cultura em relação a debates e discussões sobre políticas e planos de ação de cada setor (teatro, dança, literatura, circo, música, artes visuais etc.). (CANEDO et al., 2010) e a Índia. Esse país também dialoga com a sociedade no que se refere ao campo cultural. Em 2008, por exemplo, foi realizado o Seminário sobre diversidade cultural na Índia que teve por título *Preservation of composition culture of India*, organizado pelo The India Islamic Cultural Centre (IICC) e o website Urdu Language, na cidade de New Delhi, com participação de políticos, acadêmicos e agentes culturais. (RAY, 2008)

Brasil oferece espaços de diálogo com a sociedade civil por meio da internet e possui comissões legislativas de cultura em seus congressos nacionais. O Brasil, particularmente, instalou uma ouvidoria no Ministério da Cultura, no ano de 2009 (CANEDO et al., 2010), a fim de ser um canal de comunicação direta entre o Minc e a sociedade. Os demais países do Brics mantêm, em geral, perfis dos Ministérios de Cultura em mídias digitais – Facebook, Instagram, Twitter, RSS (Really Simple Syndication), Odnoklassniki (no caso da Rússia), VK, webmail, blogs, websites, Youtube. Há, desse modo, ambiência virtual, ao menos, de divulgação de atividades e

programas por parte dos entes públicos federais responsáveis pela política cultural dos países do Brics.

Nenhum dos países do Brics tem, por sua parte, relação com o Poder Judiciário em termos de construção de políticas culturais, espaço que pode ser construído principalmente no que diz respeito ao debate e criação de políticas de direitos culturais. Todos os países do Brics, ao contrário, interagem com observatórios, *think tanks*, estudos e pesquisas acadêmicas sobre cultura, o que mostra certo diálogo entre centro de pesquisa e governo no tocante ao campo de cultura nos Brics – base para novas negociações de acordos de cooperação acadêmica na área de cultura intraBrics, a exemplo da aprovação do *Plano de ação para a Cultura para o período de 2017–2021*, durante a segunda reunião dos ministros de Cultura dos Brics, em julho de 2017. O *Plano* tem duas prioridades: aproximar a produção cultural dos países do agrupamento e promover cooperação técnica e intercâmbio em distintos setores culturais. (BRICS..., 2017) O documento foi motivado por meio de revisão dos resultados da cooperação cultural do Brics na última década. Ademais, esse acordo está fundamentado em princípios, dentre os quais: (a) papel central do diálogo intercultural para a sólida cooperação no Brics; (b) fortalecimento das relações interpessoais entre os países do agrupamento; (c) respeito à diversidade cultural. Esse *Plano de ação* busca atender cinco áreas: (1) Cultura e artes; (2) Patrimônio cultural; (3) Indústria cultural; (4) Bibliotecas, mídia, publicações e arquivos; e (5) Diversos. Em cada área, foram estabelecidas metas para setores/atividades específicos, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Áreas de trabalho do Plano de ação para a cultura no Brics no período de 2017-2021

ÁREAS	SETORES/ATIVIDADES ESPECÍFICAS
1. CULTURA E ARTES	1.1 Aliança Brics de museus artísticos e galerias nacionais 1.2 Artes visuais 1.3 Fórum Brics de museus artísticos 1.4 Aliança Brics de teatros para crianças e jovens
2. PATRIMÔNIO CULTURAL	2.1 Cooperação em proteção de patrimônio, preservação e restauração cultural 2.2 Facilitar a assinatura do acordo do Brics para proibição e prevenção de tráfico ilícito de propriedade cultural 2.3 Coordenar instância para apoio mútuo em convenções da Unesco sobre patrimônio
3. INDÚSTRIA CULTURAL BIBLIOTECAS, MÍDIA, PUBLICAÇÕES E ARQUIVOS	3.1 Estímulo à cooperação em indústrias criativas 3.2 Estímulo à coprodução de feiras, exposições, eventos culturais. 3.3 Estímulo ao diálogo entre instituições e profissionais especializados em indústrias culturais 3.4 Facilitar o estabelecimento da aliança Brics de bibliotecas com foco na cooperação em termos de preservação, sobretudo, em obras raras, compartilhamento de documentos e bibliotecas digitais 3.5 Parcerias para cooperação no setor de comunicação 3.6 Estimular mútuas traduções de livros dos países do Brics 3.7 Promover a conexão entre associações de escritores do Brics 3.8 Fortalecer círculos de agentes do campo literário
4. DIVERSOS	4.1 Estabelecer a proposta de capitais culturais do Brics 4.2 Capacitar recursos humanos na área cultural

Fonte: elaborado pelo autor.

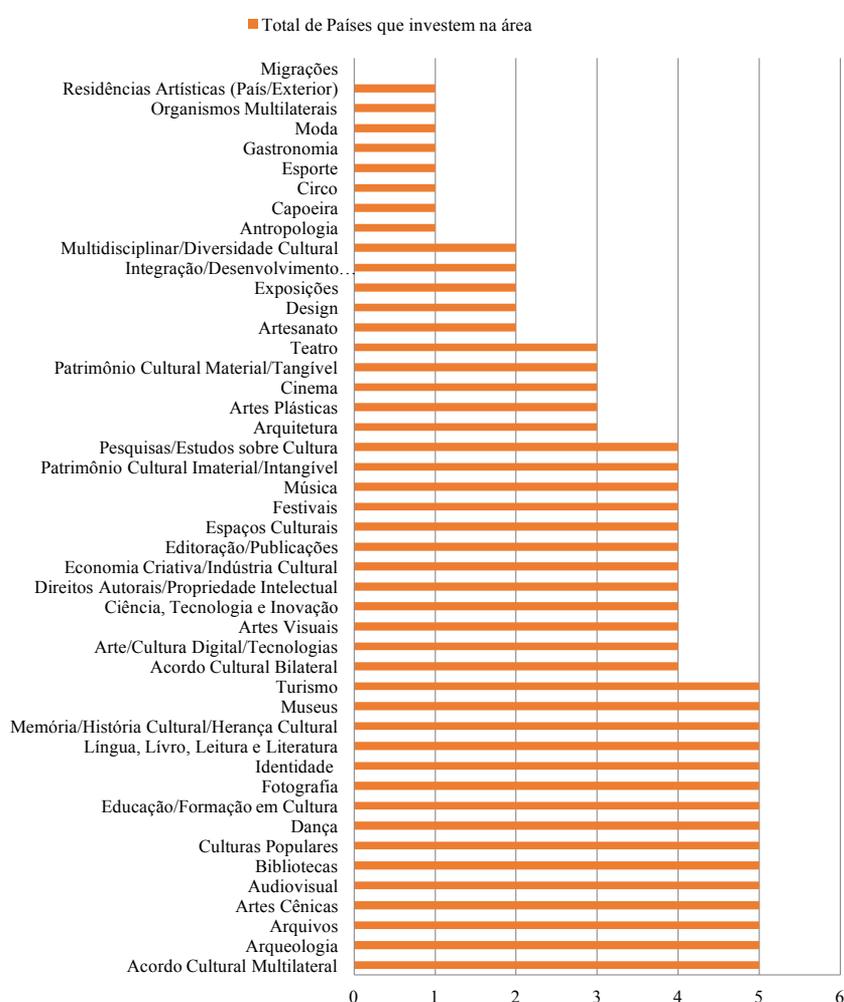
Por meio da leitura do *Plano*, percebe-se que um dos principais desafios de sua aplicação é a gestão dispersa das políticas culturais intraBrics, embora os Ministérios de Cultura tenham assumido essa função. No entanto, ao se concretizar um documento com propostas de políticas para a cultura no bloco em tela demonstra interesse de seus Estados e agentes culturais em firmar diálogos e projetos para a cultura na ambiência Brics.

Setores/áreas contempladas

Os setores/áreas contemplados pelas políticas culturais dos países dos Brics estão organizados no Gráfico 1. Essas informações foram encontradas nos sites dos Ministérios de Cultura de cada país do

Brics, em publicações jornalísticas e acadêmicas e em relatórios e website da Unesco. Com exceção dos dados sobre o Brasil, os demais foram buscados em publicações disponíveis na internet em língua inglesa. Esse fator linguístico é um ponto que precisa ser mencionado, pois é possível que o mapeamento fique com algumas lacunas por falta de informações em língua inglesa, uma vez que não tenho conhecimentos e habilidades idiomáticas para compreensão de textos em língua russa e chinesa/mandarim.

Gráfico 1 – Total de países dos países dos Brics que investem em políticas culturais setoriais no período 2003-2018



Fonte: elaborado pelo autor.

Um contingente de 15 áreas foi contemplado com políticas culturais por parte de todos os países do Brics: (1) acordo cultural multilateral; (2) arqueologia; (3) arquivos; (4) audiovisual; (5) bibliotecas; (6) culturas populares; (7) dança; (8) educação/formação em cultura; (9) fotografia; (10) identidade (minorias religiosa, ancestrais, étnicas, raciais, gênero, etária, geoculturais); (11) língua, livro, leitura e literatura; (12) memória/história cultural/herança cultural; (13) música; (14) pesquisas/estudos sobre cultura; e (15) turismo. Se fôssemos dizer que quadro de políticas culturais ocorre no Brics por meio do fator setores o culturais, diríamos que são essas 15 áreas que compõem o cenário do investimento em cultura nesses países. Foram identificadas, portanto, 46 áreas/setores contemplados pelas políticas culturais dos países dos Brics. No caso do Brasil, só não foram encontradas informações sobre políticas culturais para migrações e para o setor de antropologia. Em seguida, estão praticamente empatadas África do Sul e Rússia, com 32 e 31 setores contemplados, respectivamente. Posteriormente, Índia com investimento em 27 áreas e China com 23.

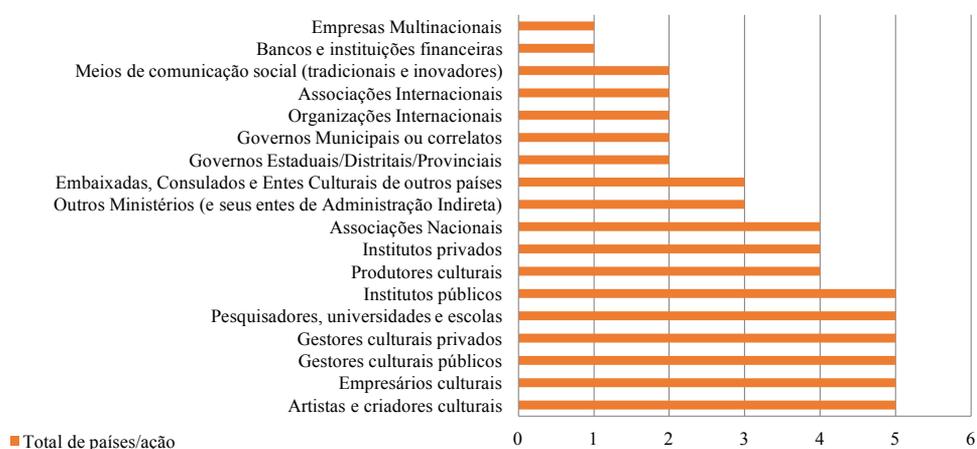
Migrações é um dos elementos desse indicador que não foi contemplado por nenhum dos países do Brics. Há, assim, oportunidade para que sejam debatidas e construídas propostas que visem contemplar e fomentar o intercâmbio artístico, cultural, esportivo, profissional, empresarial, político, econômico, acadêmico e social intraBrics, com vistas à construção de um espaço geocultural entre esses países que facilitem o diálogo e a arquitetura de projetos de cooperação em distintas áreas, sendo a cultura, assim, um fator de abertura de caminhos, no contexto atual de mobilidade intercontinental de populações.

Observa-se que somente o Brasil investiu em seis áreas: (a) circo; (b) esporte; (c) gastronomia; (d) moda; (e) multidisciplinar/diversidade cultural; e (f) residências artísticas (no país e/ou no exterior). Já a Índia se destaca na promoção de políticas culturais para o setor de antropologia, com inserção dessa área nas doze trabalhadas pelo

Ministério de Cultura do país. O trabalho do Minc indiano com antropologia está registrado em um website específico. (ÍNDIA, 2019a) Por meio dessa fonte, nota-se que duas são as linhas de ação nessa área: (a) documentação; e (b) pesquisa e treinamento. (ÍNDIA, 2019b)

Agentes/atores/parceiros

Gráfico 2 – Agentes, atores e parceiros da política cultural dos países do Brics entre 2003 e 2018



Fonte: elaborado pelo autor.

Por meio da catalogação de parceiros, afirma-se que agentes, atores, parceiros e públicos das políticas culturais dos Brics consistem em nove, os quais estão presentes nos cinco ou quatro países: (1) artistas e criadores culturais; (2) empresários culturais; (3) gestores culturais públicos; (4) gestores culturais privados; (5) pesquisadores, universidades e escolas; (6) institutos públicos; (7) produtores culturais; (8) institutos privados; e (9) associações nacionais.

Há espaço para aprofundamento da construção de políticas culturais intraBrics, o que corrobora as propostas do plano de cooperação cultural já apresentado. É preciso, no entanto, identificar estratégias de diálogo entre esses agentes, os quais envolvem o campo público e privado da cultura. Observa-se que iniciativas culturais

entre o bloco têm sido realizadas, principalmente, a partir da constituição do arranjo Brics. Mas há espaço para busca de maior cooperação entre os países, o que poderá ajudar no desenvolvimento de políticas culturais em seus Estados nacionais.

Diplomacia cultural multilateral: relações com a Unesco

Diplomacia cultural é um campo em construção em nível mundial. Com o crescimento do processo de globalização, as relações internacionais têm adentrado em muitas esferas de atuação dos governos. Cultura é um dos campos cuja interação em nível global tem ocorrido por conta da centralidade que possui para o mundo na contemporaneidade. Para este artigo, será considerada apenas a perspectiva multilateral de diplomacia cultural de cada país em análise, especificamente, a relação de cada ente do Brics com a Unesco porque é um espaço cuja participação de todos os países do Brics ocorre com alto grau de interação.

No website da Unesco no Brasil é possível encontrar uma série de informações culturais sobre os Estados-membros da Organização. Onze indicadores foram escolhidos para demonstrar como se dá a interface entre os países do Brics e a Unesco. Em primeiro lugar, todos os países possuem sítios de patrimônio cultural da humanidade reconhecidos pela Unesco (África do Sul, 12 sítios; Brasil, 21; China, 55; Índia, 38; e Rússia, 30). Ademais, todos os países do Brics participam do programa de redes de cidades criativas (África do Sul, 2 cidades; Brasil, 9; China, 12; Índia, 3; e Rússia, 1). Outro indicador concerne ao fato de que todos os países do Brics são signatários de documentos jurídicos internacionais sob a tutela da Unesco: (a) Convenção do patrimônio mundial, de 1972; (b) Convenção para proibição de importação, exportação e transferência ilícita de bens culturais, de 1970; (c) Convenção de Haia para proteção de propriedades culturais em conflitos armados, de 1954; (d) Protocolo adicional à Convenção de Haia para proteção de propriedades culturais em conflitos armados, de 1954; (e) Convenção para salvaguarda

do patrimônio cultural imaterial, de 2003; e (f) Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, de 2005. Além disso, todos os países do Brics sediam um escritório da Unesco em seus territórios, bem como mantêm delegações permanentes na Unesco.

Nota-se, portanto, que o mapeamento das políticas culturais dos Brics está consoante aos indicadores de cultura da Unesco para os países que compõem o acrônimo. Pela ótica das áreas contempladas, há relação desses países com a Unesco nos seguintes setores: (a) patrimônio cultural; (b) indústrias criativas; (c) acordos culturais bilaterais; e (d) diversidade cultural. Há oportunidade para o aperfeiçoamento de projetos de intercâmbio e cooperação na esfera do programa de redes de cidades criativas, uma vez que todos os países do Brics participam. Esse projeto reúne 64 cidades de todos os continentes sob a coordenação da Unesco. O objetivo é promover inovação e criatividade com vistas à concretização dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Segundo o website da Unesco no Brasil, o projeto tem sido realizado desde 2004. Dentre as áreas contempladas estão: (1) artesanato e artes folclóricas; (2) design; (3) cinema; (4) gastronomia; (5) literatura; (6) artes midiáticas; e (7) música. (UNESCO, 2019)

Patrimônio cultural é outro setor cujo diálogo intraBrics é favorável, uma vez que todos os membros do grupo possuem sítios de patrimônio da humanidade reconhecidos pela Unesco, bem como são signatários de convenções mundiais sob a tutela da Unesco que tratam dessa matéria. Ademais, a temática de *direitos culturais* também é potencial para aprofundamento de debate entre os países do Brics, porque envolve questões de propriedade intelectual numa conjuntura global de conectividade comunicacional acelerada e pode, também, impactar em programas de cooperação cultural entre os países do grupo. Por fim, o Brics poderia fortalecer suas relações com a Unesco, já solidificadas pela manutenção de delegações permanentes e escritórios em seus territórios pátrios,

por meio da criação de um órgão do Brics na Unesco com vistas à criação de ações, projetos e programas de diplomacia cultural intraBrics e com outros blocos mundiais e países com o objetivo de consolidar a cultura como setor estratégico para o acrônimo e para o mundo, uma vez que representam, por si, a diversidade cultural – conceito essencial para o desenvolvimento na contemporaneidade.

CONCLUSÕES

A partir deste estudo, é possível compreender alguns pontos relativos ao modo pelo qual os países do Brics desenvolvem suas políticas culturais no âmbito interno e intraBrics. Primeiramente, o grupo já está em processo de consolidação nos setores político e econômico–financeiro: cúpulas anuais com chefes de Estado e de governo, Banco dos Brics (NDB) e Arranjo Contingente de Reservas (ACR), por exemplo. No entanto, a cultura ainda não ocupa lugar prioritário, apesar de terem sido realizadas ações de intercâmbio e cooperação cultural entre membros do agrupamento desde sua criação. Isso ocorre por conta da própria distância cultural entre os países do Brics. Porém, há iniciativas de aproximação, tanto por parte da esfera governamental, a exemplo do *Plano de ação para a cultura dos Brics para o período de 2017 a 2021*, como por parte de atores sociais.

Os indicadores construídos para esta pesquisa revelam que há um campo cultural nesses países e que, apesar das diferenças na forma de gestão das políticas culturais nacionais, é possível observar similitudes – o que favorece a tentativa de aprofundamento das relações culturais entre os Brics. Desse modo, há esboço de política cultural do Brics exemplificada por meio do referido *Plano*. Esse documento poderia ajudar na arquitetura de uma política cultural para o arranjo tendo como norte a geração de oportunidades para os agentes culturais dos cinco países, numa perspectiva de intercâmbio cultural.

Os indicadores desta pesquisa estão, também, em consonância com as estatísticas da Unesco para as políticas culturais. Observa-se, assim, que os países do Brics compartilham da forma pela qual a Unesco orienta a formulação e execução de políticas culturais em seus Estados-membros, o que contribui, de maneira significativa, para a consolidação do campo da cultura na ambiência Brics, bem como para o processo de cooperação cultural entre seus membros, a exemplo do setor de patrimônio cultural.

Nota-se, por fim, que muitos são os desafios para compreender de maneira aprofundada como políticas culturais são formuladas e executadas em cada país do Brics e no agrupamento, de modo conjunto. Ou seja: apesar desse primórdio de construção de projetos e posicionamentos internacionais em comum, as partes estão situadas em continentes distintos e possuem, ademais, características culturais muito diferentes. Mas, é justamente nessa diferença que surgirão oportunidades para o conhecimento mútuo entre os atores culturais do Brics com vistas ao estreitamento de laços e fortalecimento das políticas culturais na África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia nesse atual contexto de tentativa de redução do multilateralismo nas relações internacionais.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, A. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no governo Temer. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 22, n. 1, p. 239-260, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9230/5497>. Acesso em: 31 jan. 2019.

BARBALHO, A. O sistema nacional de cultura no governo Dilma: continuidades e avanços, *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, Braga, v. 2, n. 2, p. 188-207, 2014. Disponível em: <http://www.rlec.pt/index.php/rlec/article/view/74>. Acesso em: 31 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. *Site*. [S. l.], 2019a. Desenvolvido pelo Ministério da Cidadania. Apresenta informações sobre políticas do Governo Federal do Brasil para a cultura, o desenvolvimento social e o esporte. Disponível em: <http://mds.gov.br/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

BRICS estabelece plano de ação para a cultura. *Governo do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2017/07/brics-estabelece-plano-de-acao-para-cultura>. Acesso em: 31 jan. 2019.

CANEDO, D. *et al.* Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, A. A. C. *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 25-49.

CHINA. Ministry of Commerce People's Republic of China. *Site*. [S. l.], 2018. Desenvolvido pelo Ministério do Comércio da República Popular da China. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION. Desenvolvido pela União Europeia, 2018. Apresenta informações sobre a política externa, diplomacia e política de defesa da União Europeia. Disponível em: https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en. Acesso em: 31 jan. 2019.

ÍNDIA. Anthropological Survey of India. *Site*. [S. l.], 2019a. Desenvolvido pelo Ministério da Cultura da Índia. Apresenta informações sobre as políticas culturais da Índia para o setor da antropologia. Disponível em: <https://ansi.gov.in/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

ÍNDIA. Ministério da Cultura da Índia. *Site*. [S. l.], 2019b. Desenvolvido pelo Ministério da Cultura da Índia. Apresenta informações sobre políticas culturais da Índia. Disponível em: <https://www.mygov.in/group/ministry-culture/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

ÍNDIA. National Cultural Fund. *Site*. [S. l.], 2015. Desenvolvido pelo National Cultural Fund. Apresenta informações sobre o Fundo Nacional de Cultura da Índia. Disponível em: <http://ncf.nic.in/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

KEANE, M. Exporting Chinese culture: industry financing models in film and television, *Westminster Papers in Communication and Culture*, London, v. 3, n. 1, p. 11-27, 2006. Disponível em: <https://www.westminsterpapers.org/articles/abstract/10.16997/wpcc.4/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

MINISTROS dos Brics levam debate sobre cooperação cultural à reunião na África do Sul. *Diário de Notícias*, Lisboa, 30 out. 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/ministros-dos-brics-levam-debate-sobre-cooperacao-cultural-a-reuniao-na-africa-do-sul-10107948.html>. Acesso em: 31 jan. 2019.

NOVAIS, B. V. *Caminhos trilhados, horizontes possíveis: um olhar sobre a diplomacia cultural do Estado brasileiro no período de 2003 a 2010*. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

O'NEILL, J. Building better global economic BRICs. *Global Economics Paper*, London, n. 66, nov. 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em 31 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. *Site*. [S. l.], 2019. Desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Apresenta informações sobre o trabalho da Unesco em seus Estados-membros. Disponível em: <https://en.unesco.org/>. Acesso em: 1 fev. 2019.

PORTAL DA LEI ROUANET. *Site*. [S. l.], 2019. Desenvolvido pelo Ministério da Cidadania. Apresenta informações sobre a Lei Rouanet. Disponível em: <http://rouanet.cultura.gov.br/fnc/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

PUBLIC private partnerships in culture sector. Paris: Unesco, 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/culture-and-development/hangzhou-congress/public-private-partnerships-in-culture-sector/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

RAY, N. A seminar on Indian culture in New Delhi. *Merinews: power to people*, New Delhi, 15 maio 2008. Disponível em: <http://www.merinews.com/article/a-seminar-on-indian-culture-in-new-delhi/134046.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2019.

REIS, P. F. *Políticas culturais no governo Lula: análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura*. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RIBEIRO, G. *et al. Social, political and cultural challenges of the Brics*. São Paulo: Anpocs, 2014. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/Geral/encontrosanuais/37eaa/BRICS.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019.

ROGERSON, C. Creative industries and urban tourism: South African perspectives. *Urban Forum*, New York, v. 17, n. 2, p. 149–166, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://nknubpworks.com/f/>

Creative%2520Industries%2520and%2520Urban%2520Tourism.pdf.
Acesso em: 31 jan. 2019.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais entre o possível e o impossível. *O público e o privado: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Ceará*, Fortaleza, n. 9, p. 33-47, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=158&path%5B%5D=232>. Acesso em: 31 jan. 2019.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais e sociedade do conhecimento no Brasil. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 7, n. 1, p. 127-142, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1287/1/Antonio%20Albino%20Canelas%20Rubim%204.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

ZAITSEVA, N.; LARIONOVA, A.; SEMENOVA, L. Realization of projects of public-private partnership in tourism and services in the Russian Federation. *Revista Espacios*, Caracas, v. 38, n. 49, p. 25-34, 2017. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n49/a17v38n49p25.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

APÊNDICE: MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS DOS PAÍSES DO BRICS ENTRE 2003 E 2018

VARIÁVEL	INDICADOR	ÁFRICA DO SUL	BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA
MODELO DE GESTÃO CULTURAL DO PAÍS	Descentralizado					
	Centralizado					
	Mistow	X	X	X	X	X
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL	Sistema Nacional de Cultura		X			
	Plano estratégico/ planejamento nacional de Cultura	X	X	X	X	X
	Informações, estatísticas e indicadores culturais	X	X	X	X	X
	Legislações de políticas culturais nacionais	X	X	X	X	X
ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS	Ministério/órgão de cultura específico		X		X	X
	Ministério/órgão de cultura compartilhado com outra área	X		X		
	Institutos	X	X	X	X	X
	Fundações	X	X		X	X
	Agências/conselhos	X	X	X	X	X
	Centros culturais no país	X	X	X	X	X
	Centros culturais no exterior		X	X	X	
FINANCIAMENTO CULTURAL	Escritório da Unesco no país/ delegação na Unesco	X	X	X	X	X
	Leis de incentivo ao marketing/projetos culturais		X	X		
	Transferência direta de recursos (editais/programas/fundos)	X	X	X	X	X
	Fundo Nacional de Cultura		X		X	
	Parcerias público-privadas na área de cultura	X	X	X		X

VARIÁVEL	INDICADOR	ÁFRICA DO SUL	BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA
MODOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Conferências com sociedade civil e poder público		X	X	X	
	Conselho Nacional de Políticas Culturais (ou similar)	X	X		X	X
	Fórum com secretários de Cultura		X	X		
	Diálogo com o setor privado	X	X		X	X
	Debates públicos para construção de políticas culturais		X		X	
	Participação por meio da internet		X			X
	Ouvidorias nos Ministérios		X			
	Poder Legislativo (Comissões)		X			X
	Poder Judiciário					
	Observatórios, think tanks, estudos e pesquisas acadêmicas	X	X	X	X	X
SETORES/ÁREAS	Acordo cultural bilateral	X	X	X		X
	Acordo cultural multilateral	X	X	X	X	X
	Antropologia				X	
	Arquitetura	X	X			X
	Arqueologia	X		X	X	X
	Arquivos	X	X	X	X	X
	Arte/cultura digital/tecnologias	X	X	X		X
	Artes cênicas	X	X	X	X	X
	Artes plásticas	X	X		X	
	Artesanato	X	X			
	Artes visuais	X	X		X	X
	Audiovisual	X	X	X	X	X
	Bibliotecas	X	X	X	X	X
	Capoeira		X			
	Ciência, tecnologia e inovação			X	X	X
	Cinema	X	X			X
Circo		X				

VARIÁVEL	INDICADOR	ÁFRICA DO SUL	BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA
SETORES/ÁREAS	Design	X	X			
	Direitos autorais/ propriedade intelectual	X	X		X	X
	Economia criativa/indústria cultural	X	X	X		X
	Editores/públicas	X	X	X		X
	Educação/formação em cultura	X	X	X	X	X
	Espaços culturais	X	X	X	X	
	Esporte		X			
	Festivais	X	X		X	X
	Fotografia	X		X	X	X
	Exposições		X			X
	Gastronomia		X			
	Identidades (minorias, religiosas, étnicas, raciais, sexuais)	X	X	X	X	X
	Integração/desenvolvimento sociocultural	X				
	Língua, livro, leitura e literatura	X	X	X	X	X
	Memória/história cultural/ herança Cultural	X	X	X	X	X
	Migrações					
	Moda		X			
	Multidisciplinar/diversidade cultural		X			X
	Museus	X	X	X	X	X
	Música	X	X		X	X
	Organismos multilaterais		X			
	Patrimônio cultural imaterial/intangível		X	X	X	X
	Patrimônio cultural material/tangível		X		X	X
	Pesquisas/estudos sobre cultura	X	X	X	X	X
	Residências artísticas (país/ exterior)		X			
	Teatro	X	X		X	
Turismo	X	X	X	X	X	

VARIÁVEL	INDICADOR	ÁFRICA DO SUL	BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA
AGENTES/ATORES/ PARCEIROS/ PÚBLICOS	Artistas e criadores culturais	X	X	X	X	X
	Produtores culturais	X	X		X	X
	Empresários culturais	X	X	X	X	X
	Gestores culturais públicos	X	X	X	X	X
	Gestores culturais privados	X	X	X	X	X
	Pesquisadores, universidades e escolas	X	X	X	X	X
	Institutos públicos	X	X	X	X	X
	Institutos privados		X	X	X	X
	Bancos e instituições financeiras		X			
	Outros Ministérios (e seus entes de administração indireta)		X		X	X
	Governos estaduais/distritais/provinciais		X			X
	Governos municipais ou correlatos		X			X
	Embaixadas, consulados e entes culturais de outros países		X	X	X	
	Organizações internacionais	X	X			
	Empresas multinacionais		X			
	Associações nacionais		X	X	X	X
	Associações internacionais		X			X
	Meios de comunicação social (tradicionais e inovadores)		X			X
TERRITÓRIOS	Comunidades rurais/vilas		X	X		X
	Bairros		X	X		
	Cidades/municípios	X	X	X	X	X
	Estados/distritos/províncias		X	X	X	
	Regiões		X	X	X	X
	Nacional/federal	X	X	X	X	X
	Continental	X	X	X		X
	IntraBrics	X	X	X	X	X
Mundial	X	X	X	X	X	